

Principais decisões da CONAE





- - Criação do Sistema Nacional da Educação que vai articular as ações educacionais em todos os níveis e todas as áreas.
- - Criação do Fórum Nacional da Educação que terá poderes mais amplos que o Conselho Nacional da Educação.
- - Mudanças dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal que deverá ter seus membros eleitos de forma democrática e representar os segmentos da área da educação.
- - Gestão democrática da educação deve ser estendida também para o setor privado;
- - Melhoria dos programas de assistência ao estudante
- - Fortalecimento do ensino público e gratuito;
- - Reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do ensino médio, sendo respeitada a proporcionalidade de negros(as) e indígenas de cada ente federado a que pertence a instituição.



- - Ampliação do atendimento de creche, ensino fundamental em período integral e ensino médio profissionalizante;
- - Ampliação da Educação de Jovens e Adultos e de programas de combate ao analfabetismo;
- - Financiamento das matrículas públicas através do Custo Aluno/a Qualidade (CAQ),
- - Ampliação da gratuidade dos cursos do sistema “s”;
- - Construção de um Referencial Nacional para a Formação de Professores;
- - Formas de melhoria salarial dos profissionais da educação com piso salarial de R\$ 1.800,00;
- - Sistema de dedicação exclusiva do professor num único cargo, sendo que até 2015, 1/3 da carga horária será destinada a horas-atividade;



- - Licença automática e remunerada para cursas mestrado e doutorado,
- - Formação inicial do professor de forma presencial e o EAD (Ensino á distância) somente de forma excepcional e rigidamente regulamentado;
- - Diretrizes de carreira sem o sistema de premiação/punição;
- - Ampliação gradativa dos recursos da educação até que seja aplicado 10% do PIB na educação pública;
- - Ampliação dos recursos vinculados de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios; - Criação da Lei de Responsabilidade Educacional;
- - Criação do programa de Educação Fiscal para a cidadania;
- - Destinar 50% dos recursos do Fundo Social e dos royalties do petróleo e do pré-sal para a educação;



- - Fortalecimento das medidas de inclusão e de educação para a diversidade,
- com a introdução da educação para comunidades quilombolas, o combate à homofobia e outras formas de preconceito;
- - Recursos públicos para a educação pública, sendo que à partir de 2018 os recursos do FUNDEB não poderão mais financiar instituições privadas.
- Tão logo a Comissão de Sistematização divulgue o documento final, ele será disponibilizado pelo endereço eletrônico www.mec.gov.br/conae.

